



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

## PODER EXECUTIVO

PUBLICADO BOLETIM OFICIAL

EDIÇÃO Nº 163 PÁG. 08

DE 2-15/01 108

LEI Nº 1 6 5 5

Institui o Programa de Refinanciamento de Débitos Tributários do Município de Telêmaco Borba, Paraná.

"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI".

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Refinanciamento de Débitos Tributários do Município de Telêmaco Borba, Paraná.

§ 1º O Programa a que se refere este artigo abrange os créditos tributários e não tributários vencidos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

§ 2º A adesão ao programa referido neste artigo dar-se-á por opção do contribuinte ou seus sucessores, bem como pelo responsável ou terceiros interessados, às tabelas 'A' para parcelamento de Imposto Predial Territorial e Urbano e dívida não tributária, 'B' para parcelamento do ISSQN Pessoa Jurídica, contribuinte individual, profissional autônomo e profissional liberal, do artigo 2º, fazendo jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos a que se refere esta Lei.

**Art. 2º** Os débitos tributários poderão ser pagos de acordo com as seguintes tabela:

**TABELA "A" IPTU e DIVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS**

FORMA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO
À VISTA	JUROS E MULTA DE 100%
SALDO EM ATÉ 12 PARCELAS	JUROS E MULTA 50%
SALDO EM ATÉ 24 PARCELAS	JUROS E MULTA 38%
SALDO EM ATÉ 36 PARCELAS	JUROS E MULTA 26%



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

**TABELA "B" ISSQN PESSOA JURÍDICA, PROFISSIONAL AUTÔNOMO E LIBERAL**

FORMA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO
A VISTA	JUROS E MULTA 100%
SALDO EM ATÉ 60 PARCELAS	JUROS E MULTA 50%

§ 1º O valor das parcelas deverá observar os seguintes requisitos:

I - nos casos de IPTU e dividas não tributárias não será inferior a 01 Unidade Financeira Municipal;

II - nos casos de ISSQN pessoa jurídica, a parcela não será inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

III - nos casos de ISSQN contribuinte individual, profissional autônomo e profissional liberal, a parcela não será inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

§ 2º Sobre os valores parcelados incidirão somente correção monetária nos índices previstos no Código Tributário Municipal.

§ 3º Os valores dos débitos parcelados não pagos regularmente serão atualizados monetariamente pelos índices oficiais nos termos da legislação federal, ficando ainda acrescido de multa de 10% (dez por cento) e mora à razão de 1% (um por cento) ao mês devido a partir do mês imediato ao do vencimento.

§ 4º Tratando-se de débito tributário e não tributários inscrito em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios e da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação de débito, suspendendo-se a execução, até a quitação do parcelamento.



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

**TABELA "B" ISSQN PESSOA JURÍDICA, PROFISSIONAL AUTÔNOMO E LIBERAL**

FORMA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO
A VISTA	JUROS E MULTA 100%
SALDO EM ATÉ 60 PARCELAS	JUROS E MULTA 50%

§ 1º O valor das parcelas deverá observar os seguintes requisitos:

I - nos casos de IPTU e dividas não tributárias não será inferior a 01 Unidade Financeira Municipal;

II - nos casos de ISSQN pessoa jurídica, a parcela não será inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais);

III - nos casos de ISSQN contribuinte individual, profissional autônomo e profissional liberal, a parcela não será inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

§ 2º Sobre os valores parcelados incidirão somente correção monetária nos índices previstos no Código Tributário Municipal.

§ 3º Os valores dos débitos parcelados não pagos regularmente serão atualizados monetariamente pelos índices oficiais nos termos da legislação federal, ficando ainda acrescido de multa de 10% (dez por cento) e mora à razão de 1% (um por cento) ao mês devido a partir do mês imediato ao do vencimento.

§ 4º Tratando-se de débito tributário e não tributários inscrito em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios e da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação de débito, suspendendo-se a execução, até a quitação do parcelamento.





# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

## ESTADO DO PARANÁ

### PODER EXECUTIVO

§ 5º Para os fins de que trata a presente lei, aos tributos inscritos em dívida ativa poderão ser aplicadas formas diferenciadas de pagamento para cada uma das inscrições.

§ 6º Os contribuintes com débitos tributários e não tributários já parcelados poderão aderir ao atual programa, deduzidas as parcelas vencidas e quitadas para atingir o saldo originário do débito, salvo os parcelamentos que sejam decorrentes da Lei 1541 de 26 de abril de 2006.

**Art. 3º** A adesão ao programa implica:

- I – na confissão irretratável e irrevogável dos débitos fiscais;
- II – em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência dos já interpostos;
- III – suspensão da ação executiva até o pagamento do parcelamento.

**Art. 4º** O parcelamento será revogado:

- I – pela inadimplência de qualquer parcela;
- II – pela inadimplência do pagamento de imposto devido relativo a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo.

Parágrafo Único. A revogação do parcelamento implicará na exigência do saldo do débito tributário através da inscrição em dívida ativa e conseqüente cobrança judicial.

**Art. 5º** O prazo para adesão ao programa encerra-se em 10 de Dezembro de 2008, ficando o Poder Executivo autorizado a prorrogá-lo pelo período de 12 meses através de Decreto.

§ 1º O pagamento da cota única nos termos do artigo 2º, deverá ocorrer no momento da opção pelo REFIS.



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

§ 2º Para o refinanciamento através de parcelamento nos termos do artigo 2º o contribuinte efetuará o pagamento da primeira parcela no ato da adesão, com vencimento das demais sucessivamente.

**Art. 6º** O servidor público que aderir ao Programa estabelecido nesta Lei, poderá optar pelo desconto em folha de pagamento.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM TELÊMACO  
BORBA, ESTADO DO PARANÁ, 11 de janeiro  
de 2008.**

  
**EROS DANILO ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

  
**ARNOLDO IGNÁCIO GIAVARINA**  
Secretário Municipal de Finanças

  
**ARNALDO JOSÉ ROMÃO**  
Procurador Geral do Município